

A LITERATURA BRASILEIRA SEM FRONTEIRAS

Kenneth David Jackson

Yale University

Resumo: Confrontam-se as várias soluções teóricas para a dicotomia literatura brasileira/ literatura estrangeira: as que fazem desaparecer o segundo termo; e as que escondem o primeiro. E refere-se o meio termo: os escritores que conjugam brasilidade e outras culturas, além dos “novos bárbaros” que incorporam os elementos internacionais por deglutição. Sugere-se, para a internacionalização da literatura brasileira, a colaboração com os BRICS e tradução para grandes línguas mundiais e o aponta-se o grande potencial de circulação através dos falantes de língua portuguesa desses países asiáticos e africanos.

Palavras-chave: Literatura brasileira; internacionalização; literaturas estrangeiras; BRICS.

Abstract: The many theoretical solutions to the dichotomy Brazilian literature/ foreign literature are here compared: the ones that make the second term disappear; and the ones that hide the first one. And a middle term is considered: writers that combine Brazilian content with that of other cultures, as well as the “new barbarians” who incorporate international elements by "cannibal" devouring. To internationalize Brazilian literature the essay proposes collaboration with the BRICS, translation into major world languages and notes the large potential of circulation by means of the Portuguese-speaking peoples of Asian and African countries.

Keywords: Brazilian literature; internationalization; foreign literatures; BRICS.

A frase “sem fronteiras,” aplicada recentemente no Brasil ao programa “Ciência Sem Fronteiras,” que financia o estudo no estrangeiro de milhares de alunos brasileiros, não se refere, na realidade, a um espaço aberto, isento dos limites nacionais históricos. Ao contrário, expõe mais uma vez a questão que historicamente tem dividido os intelectuais

brasileiros, entre “cá e lá,” a nação e o exterior, entre uma preocupação com temas e ideias limitados exclusivamente ao âmbito geográfico nacional e outros que chegavam de fontes internacionais. Esse modelo, ou ritmo, surge como um dos principais desafios para a internacionalização da literatura brasileira hoje.

Essa dicotomia, seja entre o nacional e o internacional, o local e o universal, ou entre fronteiras terrestres e mares abertos, tem sido sujeita a numerosas formulações. Há alguma ironia nessa divisão quando aplicada à questão das origens de uma literatura brasileira: a posição apoiada por Afrânio Coutinho, de um lado, considera brasileira tudo que tenha sido escrito em território brasileiro, desde a carta de Caminha, portanto apoia uma visão que incorpora o internacional dentro do nacional, sugerindo dessa maneira uma antropofagia de academia; enquanto Antônio Cândido, do outro, identifica o começo de uma literatura chamada brasileira apenas no período arcádico, quando apareciam temas indígenas ou telúricos, numa visão que excluía o internacional, dando prioridade ao detalhe local. Surge uma divisão nítida entre o passado internacional colonial barroco e um presente nacional arcádico identificado pelas suas fronteiras temáticas, linguísticas e naturais. Encontra-se o seu reflexo na teoria de Roberto Schwarz sobre “ideias fora do lugar,” ou seja, as deformações a que estão sujeitas as ideias estrangeiras quando aplicadas no Brasil fora de uma suposta geografia nativa, ou de origem. No primeiro caso, o país se abre ao mundo do qual faz parte, enquanto no outro, o estrangeiro é excluído, as influências de formação colonial servindo apenas de pano de fundo.

O problema intelectual enfrentado por Oswald de Andrade em 1928, ano do *Manifesto Antropófago*, tratava da dupla condição cultural, política e comercial do intelectual desde a carta de Caminha – a coexistência em graus diferentes do nacional e do internacional. A solução do antropófago era simples e direta, deglutir tudo – ideias e bens – que chegavam da Europa, para enriquecer a matéria prima brasileira. O comércio é colocado a serviço de uma filosofia nacional de consumo autóctone. Como queria Afrânio, incorporava o internacional no nacional, mas por um ato que fazia desaparecer o estrangeiro. Nesse ato, em vez do escritor brasileiro participar numa retórica internacional, ele incorpora tudo dentro dele mesmo, eliminando a diferença a favor de um conteúdo apenas nacional, porém mais diversificado.

Já nos anos 1970 o ensaísta e teórico Silviano Santiago procurou um balanço entre os termos da dicotomia, com a teoria do “entre-lugar,” em que o intelectual brasileiro ocupa um espaço entre o interior do país, seu fundo mítico e folclórico, e a Europa, fonte de história intelectual. Silviano imaginou assim um tipo de jangada de pedra brasileira, que representava uma formação misturada, derivando sua identidade igualmente de tradições brasileiras e do pensamento europeu, ficando nem lá nem cá, no meio do oceano Atlântico. O poeta e ensaísta Haroldo de Campos, no seu resgate do barroco, também tentou superar o dualismo, ao propor que a literatura brasileira sempre tenha sido internacional, com a dualidade nacional e universal, recebida da herança barroca:

Desde o barroco, ou seja, desde sempre, não nos podemos pensar como identidade fechada e conclusa, mas, sim, como *diferença*, como *abertura*, como movimento dialógico da diferença, contra o pano de fundo do universal. Nossa entrada no palco literário é, desde logo, um salto vertiginoso na cena do barroco, ou seja, uma articulação diferencial com um código universal extremamente sofisticado. *Transcrição*, 2013: 198.

Mais do que isso, insistia Haroldo, que num país jovem a literatura brasileira nunca teve infância, pois nasceu já adulta, como um Macunaíma erudito, falando nos códigos retóricos complexos do barroco que, por sua vez, ligavam o Brasil à Ibéria e às terras e mares do antigo império português: “Nossa literatura, articulando-se com o Barroco, não teve infância (*in-fans*, o que não fala). Não teve origem ‘simples’. Nunca foi in-forme. Já ‘nasceu’ adulta, formada, no plano dos valores estéticos, falando o código mais elaborado da época” (Sequestro, 1989: 64). Assim, a literatura brasileira já merecia um lugar de destaque no mar das letras, integrando-se na expressão barroca do mundo luso-castelhano. O escritor é brasileiro, mas escreve na linguagem de um legado universal.

Outra vertente da crítica literária procurava encontrar o universal no local, o genérico no particular, perspectiva aplicada a certo regionalismo dos grandes romancistas e contistas -- entre esses, Machado de Assis, Guimarães Rosa, Clarice Lispector. Procurava-se conscientemente na matéria prima brasileira uma leitura e interpretação

global que pudesse servir como ponte entre o escritor brasileiro e os profundos significados da literatura mundial. Fazia do Brasil um universo inteiro.

Machado de Assis, no celebrado ensaio, “Notícia da actual literatura brasileira: instinto de nacionalidade,” publicado no jornal nova-iorquino *O Novo Mundo* em 24-03-1873, já tinha superado a dicotomia ao ver na temática brasileira uma contribuição integral ao legado internacional, de maneira que os escritores não necessitavam limitar-se a assuntos apenas nacionais: “a vida brasileira também faz parte de um legado universal... todo o patrimônio de literatura brasileira, mas apenas um legado, tão brasileiro como universal, não se limitam os nossos escritores a essa só fonte de inspiração” (803). Além disso, os escritores não mais careciam de se identificar pela técnica: “Cada tempo tem seu estilo,” dizia Machado. Aquilo que era mais brasileiro, seja qual fosse o estilo, pertencia ao mesmo tempo ao patrimônio universal, portanto o escritor não precisava ficar dentro das fronteiras do nacional: “O que se deve exigir de um escritor antes de tudo,” dizia Machado aos expatriados residentes em Nova York, “é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (804). Machado nos deu, nesses termos, a primeira receita realmente moderna da internacionalização da literatura brasileira. O que faltava para sentar à mesa da literatura mundial, segundo pensava, era uma crítica à altura do talento dos escritores: “... se tivéssemos uma crítica doutrinária, ampla, elevada, correspondente ao que ela é em outros países. Não a temos.” (804). Esses dois fatores, literatura aberta e crítica à altura, continuam a ser bastante pertinentes à situação do escritor no século XXI.

No modernismo, citamos o intelectual Ronald de Carvalho, que participou na revista *ORPHEU* -- Fernando Pessoa recebeu e comentou o seu volume de poesias *Luz Gloriosa* de 1913, que apresentou uma visão aberta da literatura brasileira (no prefácio à *Pequena História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro: Briguiet, 1937: 46-47), afirmando que era preciso “muitas e diferentes águas” para a literatura brasileira se polir: “O meio não é apenas o ambiente, o meio e a raça. O meio é toda a civilização, é a humanidade inteira, são todas as reações estheticas e sociaes, todas as aspirações, todas as

duvidas e todos os enganos, todas as verdades e todos os erros, o meio é o Universo...”. Ronald pensava que a literatura só ganhava ao incorporar elementos exteriores e navegar num “mar de letras”:

As causas exteriores, portanto, não devem ser despresadas como qualquer elemento perigoso de desnacionalização. Seria, por exemplo, um grave erro historico e philosophico aceitar, sem restrições, as desalentadoras conclusões do sr. Theophilo Braga contra as correntes espanholas e provençaes, que tanto contribuíram para a formosura e o esplendor da literatura portuguesa.

Não! As literaturas são como os seixos ao fundo quieto dos rios: precisam de muitas e diferentes aguas para se tornarem polidas. E se, por um lado, podem ficar menores, perdem, por outro, certas arestas duras e agressivas, infinitamente mais nocivas á sua perfeição.

Um breve panorama da produção literatura moderna confirma a persistência do ritmo que justapõe Brasil – exterior. No último romance de Machado de Assis, por exemplo, Tristão volta de Lisboa ao Rio, e viaja novamente para Lisboa levando Fidélia. Em *Macunaíma*, o papagaio que contava a história “abriu asas rumo a Lisboa.” Os escritores-diplomatas continuaram o contraponto, desde o volume de crônicas de Aluísio de Azevedo (vice-cônsul em Yokohama, 1887-89), *O Japão* (1894), tema que teve continuação no romance poético de Adriana Lisboa, *Rakushisha* (2007). Se de um lado o escritor brasileiro se sentia livre para abordar “assuntos remotos no tempo e no espaço,” do outro mantinha um pé no Brasil, como no romance *Budapeste* de Chico Buarque.

Na poesia pré-modernista, Ronald de Carvalho faz um contraponto em termos de viagem, em *Toda a América* (1926) e *Itinerário: Antilhas, Estados Unidos, México* (1935). A figura do poeta e artista viajante continua com Maria Martins, em *Ásia Maior*, *O Planeta China* (1958) e o grande Murilo Mendes, na *Siciliana* e no *Tempo Espanhol*, território do romance mais novo do embaixador João Almino no romance *Enigmas da Primavera*, para não falar da permanência nesse país do poeta João Cabral de Melo Neto. Outro contraponto, Brasil – lugar de origem, sobressai na ficção do século XX brasileiro da experiência do imigrante, exemplificada na biografia de Clarice Lispector, nos contos

de Samuel Rawet, no romance de Moacyr Scliar, *A Majestade do Xingu* (1997) e nos romances e contos de Milton Hatoum, desde *Relato de um Certo Oriente* (1989).

Aproveitando-se do conceito do manifesto oswaldiano, no ensaio “Da razão antropofágica,” Haroldo de Campos insiste que a literatura mundial precisa dos “novos bárbaros,” de cujas mandíbulas criativas não conseguirá escapar, mesmo porque os grandes autores metropolitanos precisam sempre da criatividade dos escritores de fora, os “ex-cêntricos.” Entendemos que, mesmo nesse argumento de comunalidade e continuidade, de um corpo literário universal que todos habitam, resiste ainda um fundo brasileiro, que resta na origem e elaboração do conceito antropófago. A antropofagia literária é brasileira, porém não discrimina, surge das margens da escrita como metáfora e teoria cultural para engolir o mundo das letras. Entre as margens e o centro sempre havia uma relação de dependência mútua.

Autor das *Galáxias*, 50 prosas experimentais à base de uma viagem psicodélica por cidades mundiais, Haroldo escreve uma prosa fora do âmbito nacional, numa visão global e sincrética. Para unir as literaturas todas, procura correspondências das mais inesperadas que aproximem escritores de línguas e países separados no tempo e no espaço:

...encarar a poesia, transtemporalmente, como um processo global e aberto de concreção sígnica, atualizando de modo sempre diferente nas várias épocas da história literária e nas várias ocasiões materializáveis da linguagem (das linguagens). Safo e Bashô, Dante e Camões, Sá de Miranda e Fernando Pessoa, Hölderlin e Celan, Góngora e Mallarmé são, para mim, nessa acepção fundamental, poetas concretos (CAMPOS, 1997, p.268-269).

Intercalar a literatura brasileira numa produção global, aproveitando a criatividade de uma visão “sem fronteiras,” corre o risco de diluir a expressão brasileira, até nos seus sentimentos íntimos, num mar de linguagens, signos e épocas, ao ponto de não se poder apreciar a sua individualidade.

Em resumo: confrontados com a dicotomia histórica, os teóricos propõem soluções muito diversas para tratar do estrangeiro e do diálogo com outros países. Em consequência de algumas teorias, o estrangeiro desaparece, seja por afastamento, diferença, ou assimilação; e em outras esconde o brasileiro, feito participante numa

literatura transtemporal, intercultural e global. E há o meio termo: o viajante ou diplomata cujas experiências são formadas no grande mundo, que as incorpora na escrita, o intelectual dividido entre as qualidades de brasilidade e as de outras culturas; e os escritores “novos bárbaros” que comandam a festa, cultivando qualidades europeias e internacionais por deglutição. Finalmente, a corrente de universalização na modernidade poderá ter a consequência de diluir, abafar ou abolir as particularidades de autores de qualquer determinada cultura.

Livros e BRICS

Qual o caminho hoje para um Brasil sem fronteiras? Reconhecemos a tenacidade do modelo e a persistência da dicotomia nutrida pela própria história brasileira. Mas se a natureza e a definição de fronteiras mudaram na época da internet, já se mistura tudo com todos, numa competição pela atenção de um mercado global. Quais deveriam ser as estratégias da literatura brasileira hoje, para poder participar no mar de letras, nas “muitas e diversas águas” de Ronald de Carvalho, e conseguir se representar devidamente entre as literaturas do mundo?

Uma nova orientação possível, para quebrar a velha dicotomia Brasil--Europa, na qual o Brasil joga o papel de “ex-cêntrico”, engolindo pela metade as lições da missão francesa, ou de “entre lugar,” tentando acomodar Paris na América, seria pensar numa política literária entre os BRICS, a união de países emergentes na qual o Brasil assumiu recentemente uma postura de liderança. No congresso BRICS-II em Macau, em maio de 2015, propus a criação de uma política cultural. Esse gesto representaria para a literatura brasileira um caminho possível para colaborar com outras literaturas, cruzando novas fronteiras, numa união cultural com países que talvez sejam os mais importantes do século XXI. Uma das vantagens seria unir, sobretudo, Macau (China), a Índia (passando por Goa) e o Brasil. Essa associação poderia incentivar a tradução de obras brasileiras para outras grandes línguas mundiais, como o chinês, o hindi, o tâmil e o russo. A união também teria a vantagem de recuperar alguns dos traços históricos, linguísticos, culturais e comerciais da herança barroca lusófona, reformulados para o século XXI. De Macau,

ainda passa pela África, com a promessa de aproximação com a África do Sul por meio de textos brasileiros traduzidos para o inglês. Além de considerações de política econômica, uma atenção à nova união de países emergentes oferece uma opção aos antigos modelos reflexivos com a Europa que poderá servir de mercado, oficina de tradução, sala de aula e feira do livro para a literatura brasileira, num diálogo e encontro com outras e diferentes fronteiras.

Kenneth David Jackson é professor de Literatura Luso-Brasileira na Universidade de Yale, com publicações sobre movimentos modernistas na literatura e outras artes, a cultura portuguesa na Ásia, a poesia, música e etnografia. Entre os seus títulos estão *Machado de Assis: A Literary Life* (2015), *Adverse Genres in Fernando Pessoa* (2010), *Oxford Anthology of the Brazilian Short Story* (2006), *A Vanguarda Literária no Brasil* (1998), um álbum fotográfico, *A Presença Oculta: 500 Anos de Cultura Portuguesa na Índia e no Sri Lanka* (1995) e um estudo de verso crioulo indo-português, *Sing Without Shame* (1990). É co-tradutor de dois romances brasileiros para o inglês, *Industrial Park* (1993), de Patrícia Galvão, e *Seraphim Grosse Pointe* (1979), de Oswald de Andrade. Colecionou e editou o jornalismo da Pagu para publicação. Foi professor da Fulbright no Brasil e atuou como violoncelista em várias orquestras profissionais e num quarteto de cordas. É membro do Conselho Consultor Internacional do Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos da Universidade de Coimbra.

Artigo recebido em 28/12/2016. Aprovado em 30/12/2016.